O DESAFIO DA ACESSIBILIDADE AOS MUSEUS

Mário Chagas[1] e Cláudia Storino[2]

um cego visita o museu
passo a passo, de sala em sala
supõe a voz sábia de um guia

a orientação de aluguel
o leva a palácios, a alas
de especiarias, tesouros

eis que o cego pensa a pintura:
nuances, matizes, detalhes
o leque da luz, todo o espectro

a leitura táctil nenhuma
lhe esconde o relevo da tela
seu desejo solto, sem réplica

um cego visita as estéticas
fantasia tais diferenças
(os traços, rabiscos, desenhos)

se vê frente a frente com épocas
reunidas na galeria
com a mesma inércia do tempo

no museu igualam-se as datas
a hora da obra ocorre
durante a leitura dos quadros

mas o cego quer tudo às claras
o obscuro sentido que à vista
de todos é causa de impacto

(Marcus Vinicius, "Um cego visita o museu")

[1] Poeta, museólogo, doutor em Ciências Sociais. Diretor do Departamento de Processos Museais do IBRAM e professor do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS) da UNIRIO.

[2] Arquiteta, designer, especialista em Conservação e Restauração, mestre em Memória Social e Coordenadora de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia do Departamento de Processos Museais (DEPMUS) do IBRAM.

I. Por uma poética e uma política de acessibilidade

O livro de Marcus Vinicius, *Manual de instruções para cegos*, [3] e o poema "Um cego visita o museu" propiciam um diálogo criativo com o tema da acessibilidade. O poema desafia a imaginação, registra os limites da visita, as fantasias que ela acende, o desejo de uma experiência museal alumbrada e leva a pensar na dimensão poética das visitas realizadas por pessoas mudas, surdas, cadeirantes, analfabetas, grávidas, obesas, muito altas, muito baixas, muito velhas, muito jovens, com diferentes condições cognitivas e sensoriais e outras tantas possibilidades de visita.

Ao lado da poética da acessibilidade há a dimensão política da acessibilidade, estreitamente relacionada ao exercício da cidadania, a qual, para contemplar adequadamente a pluralidade e a diversidade dos modos de ser e de estar no mundo, que caracterizam o conjunto de cidadãos, implica a adoção de uma visão ampliada do conceito de *acessibilidade*. Por esse caminho podemos pensar em diversos níveis ou possibilidades de acesso, entre os quais se destacam: 1. Acessibilidade aos códigos culturais; 2. Acessibilidade aos meios de produção cultural; 3. Acessibilidade física; 4. Acessibilidade sensorial; 5. Acessibilidade cognitiva e informacional; e 6. Acessibilidade econômica e social.

O tema da democratização e do acesso aos bens culturais não é novo; ao contrário, é tema antigo, que ao longo do tempo vem passando por sistemáticos processos de renovação dos pontos de vista conceitual, político, social, jurídico e tecnológico. No século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, temas como conforto ambiental, atendimento a novos tipos de público, maior disponibilidade de informações, recursos educacionais e museus para o povo passaram a fazer parte da agenda de muitas instituições.

Ainda assim, o cotidiano dos museus frequentemente nega a hipótese de que os museus e os bens culturais musealizados pertencem a todos e para todos estão disponíveis. Sob essa perspectiva, pode-se retomar o que Néstor García Canclini enfatiza em seu artigo "O patrimônio cultural e a construção imaginária da nação": "(...) os bens reunidos por cada sociedade na história não pertencem *realmente* a todos, ainda que *formalmente* pareçam ser de todos e estar disponíveis ao uso de todos [os grifos são dos autores]."[4]

---

[3] VINICIUS, Marcus. "Um cego visita o museu". In: Manual de instruções para cegos. Rio de Janeiro: 7 Letras; Juiz de Fora: FUNALFA, 2004. p.19-20.

[4] GARCÍA CANCLINI, Néstor. "O patrimônio cultural e a construção imaginária da nação". In: Revista do IPHAN, nº 23, Cidade (org. Heloisa Buarque de Holanda), 2004. p. 96.

O acesso cidadão aos bens culturais não se dá de modo natural. Trata-se de conquista, que se faz com lutas e enfrentamentos renovados. Mesmo nas sociedades em que o direito legal de acesso está garantido, a transformação desse direito em prática social cidadã, em realidade cotidianamente vivida exige embates e enfrentamentos sistemáticos. Em uma palavra: exige militância.

Além disso, devemos registrar que, por mais importante que seja a garantia do direito de acesso aos bens culturais preservados nos museus, e por mais abrangentes que sejam as soluções adotadas para facultar a pessoas de todos os tipos o acesso físico, sensorial e cognitivo às instituições museais, essa garantia continuará precária enquanto os processos de musealização dos bens culturais e de criação de museus continuarem sendo operados exclusivamente por determinados grupos sociais, economicamente privilegiados e politicamente dominantes.

Referindo-se a pesquisas desenvolvidas no campo das ciências sociais sobre os modos de transmissão do saber por meio de escolas e museus, García Canclini registra que essas pesquisas "demonstram que diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural", e acrescenta: "Não basta que as escolas e os museus estejam abertos a todos, que sejam gratuitos, e promovam [em todos os setores] sua ação difusora; à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições." [5] Tudo isso está relacionado com o "modo desigual com que as instituições transmissoras do patrimônio permitem a sua apropriação, devido à sua organização e sua articulação com outras desigualdades sociais." [6]

Compreende-se assim que um dos desafios da acessibilidade ao patrimônio e aos museus está na capacidade de os grupos interessados nos diferentes tipos de acessibilidade conseguirem bons níveis de articulação, mobilização e militância. Grupos bem organizados estão mais bem preparados para exercer pressão a favor do exercício cidadão de seus direitos e, desse modo, enfrentar as forças de desagregação e desorganização dos movimentos. Como indica Manuel Castells: "A forma fundamental de dominação de nossa sociedade baseia-se na capacidade organizacional da elite dominante que segue de mãos dadas com sua capacidade de desorganizar os grupos da sociedade que, embora constituam maioria numérica, veem (se é que veem) seus interesses parcialmente representados apenas dentro da estrutura do atendimento dos interesses dominantes.

[5] Idem.
[6] Idem.p.114.

A articulação das elites e a segmentação e desorganização da massa parecem ser os mecanismos gêmeos de dominação social em nossas sociedades."[7]

A democratização e o acesso aos códigos culturais, bem como a produção de códigos culturais de ampla circulação para além da territorialidade restrita de determinados grupos sociais, constituem um desafio extraordinário para a acessibilidade museal. A questão da acessibilidade, quando tratada de modo amplo, extrapolando os aspectos físicos e espaciais, faz parte dos problemas estruturais das sociedades capitalistas contemporâneas. Tomar posse de determinados códigos, ocupá-los como quem ocupa um território, lutar pela manutenção da ocupação e pela hegemonia de novos códigos constituem procedimentos estratégicos importantes para os grupos sociais interessados na acessibilidade radical. Como observa Manuel Castells: "A verdadeira dominação social provém do fato de os códigos culturais estarem embutidos na estrutura social, de tal forma que a posse desses códigos abre o acesso à estrutura do poder sem que a elite precise conspirar para impedir o acesso a suas redes."

II. A Acessibilidade na Política Nacional de Museus, no Plano Nacional Setorial de Museus e no Estatuto de Museus

Diferentes questões de acessibilidade estavam presentes no documento da Política Nacional de Museus (PNM), especialmente no Eixo 2, que tratava explicitamente da "Democratização e Acesso aos Bens Culturais".

Lançada no outono de 2003, a PNM fazia referências claras à necessidade de se construir redes de informação com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de pesquisas, o aprimoramento profissional e "democratizar o acesso ao conhecimento produzido". De modo arrojado, a PNM registrava também a importância de se desenvolver "processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a começar pela agenda de temas e conteúdos expositivos." [8]

A circulação e a divulgação de acervos e exposições, "a inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea" por meio de programas e projetos educacionais e culturais, a popularização do conhecimento produzido no âmbito dos museus através dos mais variados meios, a "democratização do acesso

[7] CASTELLS, Manuel. "A sociedade em rede". In: A era da informação: economia, sociedade e cultura (vol. 1). São Paulo: Paz e Terra, 5ª edição, 2001. p. 440.
[8] MINISTÉRIO DA CULTURA. Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania. Rio de Janeiro, 2003. p. 10.

aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público", "a cooperação técnica" e a "socialização de experiências", todos esses são temas presentes no Eixo 2 da PNM[9].

No Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) – parte integrante do Plano Nacional de Cultura, construído de modo participativo entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010, com validade prevista para o período de 2010 a 2020 – a acessibilidade, articulada com a sustentabilidade ambiental, esteve presente como um *tema transversal* vinculado aos nove *eixos setoriais*, e foi apresentada com a seguinte ementa: "Desenvolvimento de capacidades técnicas específicas e de recursos financeiros para que os museus realizem as adaptações necessárias em atendimento aos requisitos de acessibilidade e sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, possam promover ações de promoção de consciência crítica junto a seu público e a comunidade onde estão inseridos"[10].

Uma das *diretrizes prioritárias* aprovadas durante o 4º Fórum Nacional de Museus e incorporada ao PNSM aponta para a necessidade de se "estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais" [11].

Outro ponto de destaque no PNSM é a aprovação, no eixo temático "Cultura, Cidade e Cidadania", de uma estratégia que recomenda "incrementar ações voltadas à garantia do direito à acessibilidade cognitiva, sensorial e motora para toda a população, sendo esta uma prioridade que reflete a dignidade humana frente ao patrimônio".

Dialogando com essa Estratégia foram sugeridas e aprovadas duas ações e duas metas:

> Primeira ação: "Desenvolver metodologias de trabalho e publicações em que as construções de discurso nos museus alcancem a excelência de forma democrática e acessível a toda a população."
>
> Meta: "Aumentar continuamente o número de visitantes com algum tipo de necessidade especial (*sic*), bem como de toda a população em geral."
>
> Segunda ação: "Estabelecer uma prática dialógica de avaliação e certificação com parecer de representantes das associações locais de deficientes físicos, sensoriais e cognitivos em exposições, projetos e reformas de instituições museais."

[9] Idem.
[10] INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS/MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional Setorial de Museus. Brasília, 2010. p.25.
[11] Idem. p.35

Meta: "Aumentar continuamente a criação de projetos e editais que levem em conta aspectos relativos à acessibilidade."

O quadro a seguir não esgota a presença do tema da acessibilidade no PNSM, mas apresenta uma síntese das diretrizes focadas no tema de acordo com os nove eixos setoriais[12].

Acessibilidade e sustentabilidade ambiental	
Eixos Setoriais	Diretriz
Museus de arte	"Garantir a acessibilidade física, social, informacional e estética a todos os tipos de público aos museus de arte, compreendendo este fator como de importância para a sustentabilidade socioambiental."
Museus de história	"Assegurar medidas eficazes de acessibilidade aos museus e às informações museológicas, incluindo informações conscientizadoras sobre desenvolvimento sustentável e sua relação/integração com o meio ambiente, para todo e qualquer tipo de público."
Museus de culturas militares	"Ampliar a acessibilidade e a sustentabilidade ambiental dos museus."
Museus de ciências e tecnologia	"Estabelecer políticas de incentivo à acessibilidade e à sustentabilidade ambiental em museus."
Museus etnográficos	"Garantir o desenvolvimento de ações voltadas para a acessibilidade em museus que promovam a interculturalidade."
Museus arqueológicos	"Fortalecer e incentivar os museus de arqueologia a atuarem de forma dinâmica, intra e extramuros, com acervos, sítios e áreas de forma participativa e sustentável."
Museus comunitários e ecomuseus	"Assegurar políticas inclusivas com programas de acessibilidade que considerem os limites físicos, simbólicos e cognitivos, além da sustentabilidade ambiental, local e regional."
Museus da imagem e do som e de novas tecnologias	"Transformar tais museus em unidades exemplares em acessibilidade e sustentabilidade ambiental, tornando-os referência."
Arquivos e bibliotecas de museus	"Garantir a acessibilidade física e virtual, ampliando a disseminação da informação do patrimônio cultural nacional de forma sustentável, que integrem os acervos arquivísticos e bibliográficos dos museus."

Independentemente da crítica que se possa fazer à tipologia adotada para a definição dos denominados eixos setoriais, é importante reconhecer que as diretrizes apresentadas para cada um dos nove eixos projetam-se como desafios e estabelecem linhas de atuação para a construção de novos programas de acessibilidade, politicamente respaldados.

A Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que "institui o Estatuto de Museus e dá outras providências", considera como um dos princípios fundamentais dos museus "a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural" (inciso V do artigo 2º). É à luz desse e dos outros cinco princípios constantes no artigo citado que o Estatuto de Museus deve ser compreendido e aplicado.

[12] Idem. p. 44-45.

Além desse princípio – que por si seria suficiente para determinar a necessidade de transformação nos museus –, o tema da acessibilidade está presente no Estatuto, nos seguintes termos:

> "Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação";
>
> "Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público";
>
> "Artigo 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente";
>
> "Art. 42. Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu."

Como se vê, a questão da acessibilidade está presente nos documentos fundadores da atual Política de Museus, compreendida como política pública e coordenada pelo IBRAM. Essa presença constitui clara indicação de que o IBRAM tem compromisso com a busca sistemática de um padrão de excelência no que se refere à acessibilidade.

Esse compromisso revela-se, por exemplo, no Programa Museus e Acessibilidade, cuja implementação iniciou-se com o projeto de pesquisa realizado entre os anos de 2009 e 2010, que viabilizou a elaboração de diagnósticos de acessibilidade para aproximadamente 50% dos museus do IBRAM ou, em outros termos, para todos os museus do IBRAM situados no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de subsidiar a instituição na elaboração de projetos destinados à adequação das condições de acessibilidade de suas unidades museológicas.

A pesquisa consistiu em uma parceria entre o IBRAM e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), e foi coordenada por Regina Cohen, no âmbito da UFRJ, e por Claudia Storino, no âmbito do IBRAM.

Participaram desse projeto de pesquisa os seguintes museus: Museu da República, Palácio Rio Negro, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu Nacional

de Belas Artes, Museu Chácara do Céu, Museu do Açude, Museu Villa-Lobos, Museu Casa de Benjamim Constant, Museu de Arte Sacra de Paraty, Museu Forte Defensor Perpétuo, Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, Museu de Arqueologia de Itaipu e Museu Casa da Hera.

III. Acesso aos museus: barreiras materiais e imateriais

A militância a favor da acessibilidade plena parte do reconhecimento de que no cotidiano ela não existe e que, portanto, é preciso construí-la. A construção da acessibilidade passa pela remoção de barreiras instaladas nas mais diversas áreas dos museus. Registre-se, desde já, que o foco dessa observação não incide exclusivamente sobre as barreiras materiais, por mais poderosas que elas possam ser; existem no meio do caminho da acessibilidade pedras imateriais, igualmente poderosas ou ainda mais.

Nos museus, entre as principais barreiras encontram-se as de natureza social, econômica e cultural. É bastante frequente a situação em que a equipe do museu X ou Y cuida de criar dispositivos para superar as barreiras físicas, sensoriais e cognitivas com o objetivo de ampliar o acesso de pessoas com pouca mobilidade, de pessoas com deficiências visuais ou auditivas e de pessoas com diferentes condições cognitivas aos seus diversos serviços e programas. E isso é bom. Realizada essa etapa, no entanto, a equipe tende a considerar atendidas as necessidades de acessibilidade e a não se perguntar sobre a quantidade de cegos, surdos, mudos, anões e cadeirantes, por exemplo, que participaram dos seus programas e usufruíram dos seus serviços nos últimos dois anos. A equipe em questão também não se preocupa em fazer uma campanha educacional e cultural para informar às pessoas que o museu reduziu o número de barreiras e que ele quer e pode cotidianamente recebê-las com dignidade. Além disso, tampouco se preocupa em conhecer as condições socioeconômicas das pessoas que, com algum tipo de deficiência, participam ou não participam dos seus programas. O trabalho do museu é considerado concluído com a eliminação de algumas barreiras físicas, sensoriais e cognitivas.

Nessa hipotética situação, àqueles que fazem o museu ser aquilo que ele é não interessa colocar em questão o fato de ele continuar atendendo apenas a uma camada social, de ele continuar atendendo aos cegos, surdos, mudos e cadeirantes, por exemplo, que dominam os códigos culturais e participam das classes economicamente privilegiadas. É como se a equipe pensasse assim: o museu está aberto ao público e isso é suficiente.

Assim como é indispensável superar as barreiras físicas, sensoriais e cognitivas que impedem o pleno acesso aos museus e ao patrimônio, assim também é preciso vencer as barreiras econômicas, sociais e culturais e enfrentar o desafio de ampliar radicalmente o acesso aos seus serviços e produtos. Em outras palavras: é preciso vencer as barreiras imateriais que enquadram os museus num estilo de vida das elites, fora do alcance das camadas populares.

Como já foi indicado, democratizar o acesso aos museus é fundamental, mas é pouco. É preciso compreender o museu como um meio, uma ferramenta, uma máquina, um processo ou um sistema social que deve ser democratizado. Além disso, é importante, do nosso ponto de vista, estimular e contribuir para a relação direta das comunidades populares com os museus, compreendendo que no âmbito dessa relação há espaço para instalar-se o inesperado, o novo, o ovo do dragão. Museus são propícios ao rizoma.

IV. A acessibilidade nos museus do IBRAM

A acessibilidade nos museus do IBRAM constitui um desafio que gradualmente vai sendo enfrentado e superado. A realização do diagnóstico anteriormente citado foi uma grande conquista. Ainda assim, é preciso ampliar a metodologia adotada para alcançar todos os museus do IBRAM e desenvolver, em consequência, um plano abrangente de acessibilidade.

De qualquer modo, é importante registrar que diversas unidades museológicas desenvolveram, ao longo dos últimos anos, projetos focados no campo da acessibilidade. O Museu Histórico Nacional é um bom exemplo. O trabalho desenvolvido pela equipe do museu permitiu que ele fosse selecionado pela Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para receber o Certificado "Acessibilidade Nota 10", em 2005. Esse certificado é o reconhecimento dos esforços empreendidos pelo museu para a ampliação de sua acessibilidade. No entanto, ele não significa que todos os problemas de acessibilidade estejam resolvidos. O museu continua empenhado no aperfeiçoamento do seu projeto de acessibilidade.

O Museu da Inconfidência desenvolveu um programa de acessibilidade que inclui banheiros adaptados, elevador, equipamento para subir a escadaria principal, publicação em braile, audioguias, informações em libras e instalação de rampa na saída de emergência.

Além do desenvolvimento de projetos executivos de instalação de rampas e outros recursos de acessibilidade física, o Museu Lasar Segall e o Museu da República dispõem de audioguias que facilitam o acesso de cegos e analfabetos, bem como o acesso visual de deficientes auditivos e o acesso em inglês para aqueles que, compreendendo esse idioma, não compreendem o português. De igual modo, o Museu Imperial conta com audioguias em português, espanhol e inglês, além de rampa de acesso e elevador.

O Museu Villa-Lobos e o Museu das Bandeiras iniciaram sua adaptação com projetos focados na acessibilidade motora. Avanços foram realizados, mas é preciso continuar na busca da acessibilidade universal.

O Museu Nacional de Belas Artes desenvolve o projeto "Ver e Sentir Através do Toque", especialmente focado na oferta de atividades de artes para deficientes visuais.

Em todos os novos projetos de intervenção arquitetônica desenvolvidos pelo IBRAM em suas unidades museológicas, a acessibilidade vem sendo contemplada. Esse é o caso dos projetos para o Museu da Chácara do Céu, o Museu Casa de Benjamin Constant, o Museu Casa da Hera, o Museu de Arte Sacra de Paraty, o Museu do Forte Defensor Perpétuo e o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio.

Uma nova mentalidade e uma nova realidade estão em processo. Os avanços são visíveis, mas ainda há muito por fazer. Os museus estão em movimento.

V. O Caderno Museológico de Acessibilidade a Museus

O plano de elaboração e publicação de um volume especialmente dedicado ao tema da acessibilidade aos museus vem sendo acalentado desde 2004, ligado à construção da Coleção de Cadernos Museológicos, projeto conduzido pelo antigo Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), hoje IBRAM.

Por volta de 2005, entramos em contato com Regina Cohen, arquiteta, professora da UFRJ e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Projeto Sobre Acessibilidade e Desenho Universal (Núcleo Pró-Acesso) do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Proarq) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ. Em 2006, convidamos a referida professora para elaborar o Caderno Museológico de Acessibilidade a Museus e ministrar oficinas sobre o tema, convite extensivo a Cristiane Rose de Siqueira Duarte e Alice de Barros Horizonte Brasileiro, ambas arquitetas, professoras e pesquisadoras do referido Núcleo.

O Caderno foi preparado com muita dedicação e carinho. A Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia do DEPMUS/IBRAM zelou, desde o início, por seu bom andamento. Pode-se mesmo dizer que o Caderno Museológico de Acessibilidade a Museus é fruto de uma militância e de uma perspectiva política que nele não se inicia e nele não se esgota. As autoras e toda a equipe dedicada à construção do Caderno compreendem a acessibilidade como um princípio norteador da vida social, como uma diretriz colocada a favor da dignidade da vida humana.

O volume 2 dos Cadernos Museológicos oferece uma orientação geral sobre as questões de acessibilidade. Ele não esgota o tema; ao contrário, lança uma base consistente para novos projetos, novos debates e novas publicações. De modo rigoroso, ele constitui uma importante ferramenta de trabalho para pesquisadores, professores, profissionais e estudantes de museus e de patrimônio, bem como uma contribuição especial para que os museus brasileiros sejam cada vez mais acessíveis.

A arquitetura do Caderno está estruturada em cinco capítulos, além da Introdução, das Considerações Finais, das Referências Bibliográficas e de quatro Anexos. Em todo o Caderno destaca-se a qualidade do material iconográfico, capaz de compor uma narrativa com dinâmica própria.

O primeiro capítulo trata da terminologia aplicada às pessoas com deficiência, apresenta alguns dados estatísticos nacionais e internacionais, discute a diferença entre deficiência, incapacidade e desvantagem e, por fim, examina a nova Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e divulgada a partir de 2003.

O segundo capítulo discute os conceitos de acessibilidade, rota acessível, espaço inclusivo e concentra-se no exame detalhado dos sete princípios orientadores do desenho universal.

O capítulo três dedica-se à apresentação de experiências museais de acessibilidade no Brasil e no mundo. Conjugando diferentes perspectivas – poética, crítica, política e técnica –, as autoras narram com imagens e textos as diferentes possibilidades de "ter acesso", "percorrer", "ver", "ouvir", "sentir" e "tocar".

De algum modo, o capítulo quatro é o mais denso e constitui o núcleo técnico do presente Caderno. Nele estão presentes as principais orientações e recomendações para a acessibilidade a museus, especialmente no que se refere à acessibilidade motora, sensorial e cognitiva.

Por fim, o quinto capítulo denominado "Convivendo com a diversidade" é aquele que apresenta um caráter político mais evidenciado. Trata-se de um texto que faz parte da cartilha "Acessibilidade para todos", elaborada e divulgada em 2004.

VI. Considerações finais

Assim como Manoel de Barros afirma: "O artista é um erro da natureza", para logo em seguida complementar: "Bethoven foi um erro perfeito"; assim como Caetano Veloso insiste em cantar: "de perto ninguém é normal"; assim também é possível dizer que a acessibilidade aos museus não passa e não está pautada pela ilusão da existência de uma *normalidade*. Trata-se de outra coisa, trata-se de olhar para os museus a partir de outra perspectiva; uma perspectiva que seja, ao mesmo tempo, abrangente e específica, local e global, singular e plural, poética e política.

O Caderno Museológico que você acessa (aqui e agora) faz parte de um plano mais amplo. A linha editorial desta Coleção, que já conta com o volume 1, dedicado ao tema da segurança em museus, contará ainda com os seguintes volumes: Educação Museal, Planejamento e Realização de Exposições, Plano Museológico, Conservação Preventiva de Acervos Musealizados e Documentação Museológica.

Os Cadernos são autorais e estão historicamente condicionados. O desenvolvimento tecnológico, o aprimoramento dos dispositivos políticos e administrativos, os avanços educacionais e sociais, exigirão em breve tempo um retorno ao tema. A coleção, tendo sido concebida por José do Nascimento Junior e Mario Chagas, também é autoral e, por isso mesmo, apresenta determinada mirada sobre os vários temas nela incluídos. No futuro outras coleções poderão ser criadas e poderão voltar aos mesmos temas.

Muitas pessoas contribuíram para que esta publicação fosse transformada em realidade. A todas elas agradecemos. É fundamental que esta publicação circule em grande escala. Contamos com a contribuição de todos. Oxalá o Caderno Museológico *Acessibilidade a Museus* seja útil.